

EDUCAÇÃO NÃO-FORMAL, EXTENSÃO E FORMAÇÃO: A EXPERIÊNCIA NO PROGRAMA JUVENTUDE EM CENA

Coordenador: SILVIA HELENA KOLLER

Autor: SAMUEL EGGERS

Este trabalho foi baseado nas experiências acumuladas no programa Juventude em Cena e os questionamentos por este suscitados. O programa em questão é uma iniciativa do Centro de Estudos Psicológicos sobre Meninos e Meninas de Rua da (CEP-RUA), vinculado ao Instituto de Psicologia da UFRGS em parceria com a Secretaria da Justiça e do Desenvolvimento Social do RS e com apoio do Ministério da Educação (editais PROEXT/SESu-MEC 2007 e 2008). Foi realizado com adolescentes de 12 a 18 anos da Região Metropolitana de Porto Alegre e coordenado por pós-graduandos vinculados ao CEP-RUA, com o apoio de estudantes de graduação, selecionados como monitores voluntários através de um curso de capacitação oferecido pelo mesmo centro de pesquisa. O programa ocorreu em duas edições. A primeira, "Juventude em Cena: despertando a ação protagonista", realizada em 10 encontros quinzenais em 2008 tinha por objetivo viabilizar um espaço de capacitação sobre os direitos da criança e do adolescente, de debate, e de construção conjunta de cidadania e respeito aos direitos, através do qual seria colocado em prática o protagonismo juvenil, abrangendo diversos eixos teóricos para tanto. A segunda, "Juventude em Cena: realizando a ação protagonista", realizada em cinco encontros ao longo do primeiro semestre de 2009, teve por objetivo por em prática os saberes adquiridos na edição anterior, através da criação e realização de ações de participação social pelos adolescentes nos seus municípios de origem. O foco do presente trabalho é discutir a relevância da Educação Não-Formal na formação dos monitores voluntários, e a influência do programa em suas futuras vidas profissionais, comparando-a com processos formais e informais de aprendizado e definindo suas vantagens e desvantagens. Ao longo do programa, percebeu-se que através de atividades de Educação Não-Formal, é possível ter maior liberdade de ação do que na Formal, trazendo a possibilidade de contato com os métodos e dificuldades comuns em intervenções sociais, principalmente as que exigem articulação com órgãos públicos. Esse tipo de experiência, em que ocorrem discussões e interações envolvendo coordenadores, monitores, técnicos que atuam nas redes de proteção infanto-juvenis e jovens, possibilita um maior contato com diferentes idéias, trajetórias e realidades um esquema dinâmico e envolvente. Ao mesmo tempo, na Educação Não-Formal se mantêm as relações de ensino, ausentes na

Informal, a qual carece totalmente de estruturação, e, portanto, não é passível de ser utilizada adequadamente. Como problemas, ao longo do programa, ficou evidente a constante necessidade de renovar as atividades, pois se corria o risco de torná-las repetitivas e pouco atraentes para os jovens, o que acabaria desestruturando todo o programa, que dependia fortemente da participação de todos os envolvidos. Além disso, havia a possibilidade de perder o foco do programa ao centrar-se apenas nas atividades específicas, ignorando sua proposta global. Com base nesta experiência, entende-se que a participação de estudantes de graduação em programas de extensão e de Educação Não-Formal é muito válida, pois possibilita o contato do aluno com situações e contextos novos, dando-lhe a oportunidade de desenvolver suas capacidades de resolução de problemas.